



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 38/XV/1.ª SL

Aos 4 dias do mês de abril de 2023, pelas 15 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1 - Apreciação e votação da ata n.º 37/XV/1.ª, correspondente à reunião de 21 de março de 2023;

2 - Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Lei n.º 68/XV/1.ª (GOV) - Aprova a Lei de Infraestruturas Militares;
(Relator a designar pelo GP do PCP)
- Proposta de Lei n.º 69/XV/1.ª (GOV) - Aprova a Lei de Programação Militar;
(Relator a designar pelo GP do BE)

3 - Apreciação da informação remetida pelo Gabinete da Senhora Ministra da Defesa Nacional, sobre o ponto de situação atualizado relativo ao apoio à Ucrânia.

4 - Outros assuntos.

1 - Apreciação e votação da ata n.º 37/XV/1.ª, correspondente à reunião de 21 de março de 2023

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência do PCP e do BE, a ata n.º 37/XV/1.ª, correspondente à reunião de 21 de março de 2023, com a introdução de duas alterações sugeridas pelo Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

2 - Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 68/XV/1.ª (GOV)	<u>Aprova a Lei de Infraestruturas Militares.</u>	Relator: Deputado João Dias (PCP)
PPL 69/XV/1.ª (GOV)	<u>Aprova a Lei de Programação Militar</u>	Relator: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD)



Comissão de Defesa Nacional

No âmbito da Proposta de lei n.º 69/XV/1.ª, o Senhor Presidente informou que o Governo enviara à Comissão, além do texto da iniciativa e dos mapas anexos, informação classificada (fichas de projeto e fichas de capacidade) cuja consulta estaria disponível para todos os Senhores Deputados – Deputados coordenadores e demais Deputados, inclusive os que não são membros da Comissão -, a partir da semana seguinte, em suporte físico (papel), recordando que, atento o caráter confidencial dos documentos e em cumprimento do regulamento sobre política de classificação e manuseamento da informação na Assembleia da República, o acesso aos documentos confidenciais seria efetuado presencialmente, mediante agendamento prévio, com folha de controlo no local e sem possibilidade de fotografias, reproduções ou cópias.

3 – Apreciação da informação remetida pelo Gabinete da Senhora Ministra da Defesa Nacional, sobre o ponto de situação atualizado relativo ao apoio à Ucrânia.

Procedeu-se à apreciação da mencionada informação, tendo começado por usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH), que assinalou de forma positiva a sintonia das forças políticas democráticas e não colaborantes com o regime russo, bem como de todo o povo português em solidariedade para com a Ucrânia. Como nota menos positiva, ou negativa, referiu o valor da ajuda militar portuguesa, de apenas 18,5 milhões de euros, tendo em consideração que a União Europeia, no seu todo, já ofereceu perto de 11 mil milhões de euros. Terminou dando nota de que hoje, dia 4 de abril, se celebrava a fundação da NATO, pelo que não queria deixar de dar os parabéns à Aliança Atlântica

O Senhor Jorge Paulo Oliveira (PSD) interveio reafirmando que o PSD acompanhava o esforço que tinha vindo a ser feito no domínio do apoio à Ucrânia, através do envio de equipamento militar, no quadro dos compromissos internacionais, em articulação com os parceiros da União Europeia e da Aliança Atlântica e sem colocar em causa a manutenção das capacidades militares nacionais. Acrescentou, todavia, que gostaria que não se verificassem desarticulações no discurso sobre esse mesmo apoio entre diferentes membros do Governo, incluindo o próprio Primeiro-Ministro, tal como sucedeu com a questão da cedência dos carros de combate Léopard 2A6. Sobre o documento em si, notou que o mesmo não resultava de qualquer obrigação legal, pelo que o PSD



Comissão de Defesa Nacional

registava o gesto da sua divulgação, não apenas por essa circunstância, mas também pelo facto de existir um estudo de um instituto alemão, que incidia exatamente sobre o grau de transparência do apoio dos diversos países à Ucrânia e que colocava Portugal no último lugar no índice de transparência. Sobre os pedidos de ajuda a Portugal endereçados pela Ucrânia, lamentou desconhecer quais eram esses pedidos, informação que gostaria de ter no futuro, mesmo que sem elevado grau de detalhe, pois tal permitiria fazer uma avaliação sobre se se poderia ter ido mais longe nesse apoio – a esse propósito, referiu o caso dos helicópteros Kamov como exemplo típico em que, ainda hoje, havia dificuldade em perceber quem pediu o quê, se foram oferecidos à Ucrânia ou se houve mesmo um pedido. Concluiu dizendo que esse tipo de informação melhoraria e tornaria o documento mais completo, não deixando, no entanto, de o registar como positivo.

O Senhor Presidente, sobre a referência feita aos helicópteros Kamov, sugeriu que talvez fosse positivo, pelo menos na Comissão de Defesa Nacional, não concentrar demasiadas atenções no problema dos Kamov, porque não era equipamento militar nem estava na esfera da defesa nacional. Mas deu razão ao orador num ponto: essa informação chegava porque o Governo entendia fazê-lo e não porque existia uma obrigação legal de o fazer, situação que tinha de ser pensada no sentido de se proceder à alteração da lei.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) defendeu que a informação enviada pelo Governo era bastantes completa e esclarecedora em relação ao que era da dimensão pública do apoio prestado à Ucrânia. Recordou que as informações sobre material e condições de apoio militar não eram totalmente públicas, decorriam de conversações bilaterais entre os governos e, fundamentalmente, de pedidos formulados pela Ucrânia. E adiantou que haveria sempre a hipótese de, no caso de se pretender obter informação mais detalhada, ouvir na Comissão, à porta fechada, a Ministra da Defesa Nacional e outros responsáveis eventuais, como já acontecera anteriormente. Mas quis, sobretudo, realçar a qualidade da informação pública disponibilizada, através do site oficial da Defesa Nacional, que publicita esse tipo de informação, na medida convencionada com os demais países parceiros, aliados. Sobre o documento, entendeu que ele refletia, de forma muito completa, as várias vertentes do apoio, designadamente: (1) em material militar (armamento, munições e equipamentos) e (2) em material não letal, fazendo o



Comissão de Defesa Nacional

Ministério da Defesa Nacional a centralização em Portugal de todos os meios a enviar, inclusive os helicópteros Kamov, que – esclareceu - foram inequivocamente pedidos pelo Governo da Ucrânia, tendo Portugal decidido cedê-los, embora sem poder fazer autonomamente o seu transporte e estando na dependência logística dos seus parceiros; (3) em apoio médico, através do HFAR, disponibilizando-se para receber doentes ucranianos e militares feridos, embora aqui se colocasse, de novo, a questão da distância, o que fazia com que fosse mais fácil a sua deslocação para a Polónia ou a Alemanha - mas a defesa nacional não deixou de fazer esse oferecimento; (4) em apoio aos refugiados, tendo as Forças Armadas disponibilizado um conjunto de instalações militares, camas, que foi utilizado em parte, felizmente numa perspetiva de passagem, como forma de auxílio mais imediata até estarem inseridos na sociedade civil; (5) e, por último, não menos importante, o oferecimento português para a missão de treino da União Europeia, empenhando até 20 militares no treino direto às Forças Armadas ucranianas. Concluiu dizendo que não via forma mais transparente de poder mostrar esse apoio, orgulhando-se da prontidão com que o Governo procurava responder, dentro das capacidades do País.

O Senhor Deputado Rodrigo Saraiva (IL) disse que gostaria de estar a debater, no âmbito da Comissão, um documento com informação mais detalhada e não apenas com elementos que podiam ser públicos, ou seja, defendeu que deveriam estar a analisar um documento com outra profundidade. Relativamente à informação expressa, congratulou-se com o apoio que Portugal prestou através das suas instituições, apoio esse que, em conjunto com os demais parceiros, tinha sido fundamental para a resistência ucraniana. Acrescentou que, não fora o infeliz estado dos equipamentos, quer em termos de quantidade quer em termos de manutenção, o apoio de Portugal poderia ter sido mais robusto e mais célere. Disse subscrever a observação feita pelo PSD, de que seria interessante conhecer os pedidos efetivos feitos pelo Governo ucraniano e terminou fazendo dois destaques muito positivos: o apoio disponibilizado pelas Forças Armadas para acolher, em unidades militares, refugiados; e o apoio médico para tratamento e reabilitação de militares ucranianos.



Comissão de Defesa Nacional

4 - Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente anunciou que, para a semana seguinte, no dia 11 de abril, estava prevista a visita de estudo à Assembleia da República de uma delegação do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) 2022-2023, do Instituto Universitário Militar, que seria recebida, em audiência, pela Comissão de Defesa Nacional, às 14h30, no Auditório António de Almeida Santos (reunião que seria precedida de almoço no restaurante do Edifício Novo, às 13h00). Seguidamente, às 16 horas, teria início a audição do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Gouveia e Melo, a requerimento do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, na sequência de notícias veiculadas na comunicação social sobre os 13 militares da Marinha que recusaram embarcar no N.R.P. Mondego para patrulhar um navio russo alegadamente por falta de condições de segurança e limitações técnicas do navio. Referiu, ainda, que o CEMA expressou o entendimento de que a mesma deveria realizar-se à porta fechada, pelo que, não havendo oposição dos Grupos Parlamentares, a audição decorreria nesse formato.

No final, foram proferidas palavras de despedida e de agradecimento à técnica de apoio parlamentar da Comissão, Elizabete Pereira, que se encontrava presente, por ocasião da sua reforma, tendo usado da palavra, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Diogo Leão (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Pedro Pessanha (CH), Rodrigo Saraiva (IL).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de abril de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 34/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Ricardo Lino (PS)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Sara Velez (PS)
Helga Correia (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva (PSD)
António Prôa (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Sá Pereira (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Rui Vilar (PSD)
João Dias (PCP)
Joana Mortágua (BE)